

O PROJETO CASULO* E A ASSISTÊNCIA A CRIANÇA PEQUENA E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONTEMPORÂNEA

THE CASULO PROJECT AND ASSISTANCE TO SMALL CHILDREN AND THEIR REFLEXES IN CONTEMPORARY CHILD EDUCATION

José Carlos de Melo **1**

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo compreender como o Projeto Casulo foi desenvolvido em uma capital nordestina, bem como foi realizado o atendimento/assistência às crianças pequenas nas creches e instituições de ensino no período entre 1970 a 1990. Buscando respostas a essas perguntas realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de autores como Oliveira (2005), Kuhlmann Jr. (2010), Sposati (2014), Rosemberg (2003), com uma abordagem qualitativa. Durante a análise dos dados, foi possível perceber que embora existam poucas informações disponíveis sobre a temática abordada no contexto do campo de pesquisa, o Projeto Casulo por meio de suas creches se constituiu como um momento marcado por um atendimento na perspectiva assistencialista, mas também como uma tentativa de diminuir as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por essas crianças durante a sua permanência nos espaços educativos.

Palavras-chave: Criança Pequena. Assistencialismo. Projeto Casulo.

Abstract: This research aimed to understand how the Casulo Project was developed in a northeastern capital, as well as the care provided to young children in day care centers and educational institutions from 1970 to 1990. Seeking answers to these questions, it is a bibliographical research from the studies of authors such as Oliveira (2005), Kuhlmann Jr. (2010), Sposati (2014), Rosemberg (2003), with a qualitative approach. During the data analysis, it was possible to realize that although there is little information available on the theme addressed in the context of the research field, the Casulo Project through its day care centers was constituted as a moment marked by a service in the care perspective, but also as an attempt to reduce the learning difficulties faced by these children during their stay in educational spaces.

Keywords: Little Child. Welfare. Cocoon Project.

Considerações Iniciais

A Educação Infantil e o processo de formação docente para atuar nesta etapa educacional são temas discutidos por diversos autores e pesquisadores da área, que buscam compreender os reflexos dessa relação tanto na teoria quanto na prática. Enquanto primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil deve ser ofertada para às crianças com idades entre 0 a 05 anos conforme disposto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (1996), tendo em vista que estas são consideradas como “sujeitos de direitos”, dentre eles o de serem educadas de acordo com às suas necessidades (BRASIL, 1988).

Já a formação docente para os professores de crianças pequenas é considerada como um fator de grande relevância para a promoção de uma educação que priorize o processo de ensino e aprendizagem das mesmas e também é considerada como um direito destas profissionais pela LDB. Mas nem sempre foi assim, durante muito tempo as pessoas que trabalhavam na área não tinham nenhum tipo de formação e a educação voltada para às crianças pequenas era realizada dentro de uma perspectiva assistencialista.

Diante desta realidade, Rosemberg (2003) assinala que foram criados alguns programas por instituições como a Legião Brasileira de Assistência-LBA, que foi criada no ano de 1942, a exemplo do “Projeto Casulo”, que foi um Programa do Governo Federal voltado para a educação de crianças em massa no modelo assistencialista criado em 1977, bem como, esse último foi desenvolvido na capital de um estado do nordeste, sendo este o objeto de estudo desta pesquisa.

O referido tema foi elencado em virtude da necessidade de se pesquisar sobre a história da infância no referido estado a partir de indagações como: quais motivos levaram a implantação das creches desse projeto em uma capital? Como ocorreu esse processo? Em que medida as mulheres participaram desse processo? Quais as concepções acerca da infância e de mulher estão presentes nos projetos de implantação das creches do Projeto Casulo?

Dessa forma foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que para Lakatos e Marconi (2007), consiste na coleta e seleção de todo material já publicado sobre um tema em diversas fontes de pesquisas (livros, artigos, periódicos, etc.). Utilizou-se a abordagem qualitativa que conforme Minayo (2001), aborda os aspectos mais subjetivos de uma análise em detrimento dos aspectos objetivos.

O aporte teórico baseia-se em autores como Oliveira (2005), Kuhlmann Jr. (2010), Sposati (2014), Rosemberg (2003), dentre outros, além de pesquisas em fontes originais como jornais da época em microfilmagens, relatórios, leis e ofícios e do recorte temporal pesquisado no Arquivo Público de uma biblioteca estadual e de uma universidade pública federal; Além disso, foi realizada uma análise das produções realizadas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC com profissionais que trabalharam no Projeto Casulo.

Para fins de melhor entendimento, este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se as considerações iniciais na qual se esclarece o objeto de estudo deste trabalho, seguida de uma breve reflexão sobre a infância e a educação infantil e a formação docente para atuar na área. Na sequência, apresenta-se os resultados da pesquisa e as suas considerações finais, espera-se que este estudo venha contribuir para o debate sobre a necessidade de se promover uma educação para às crianças pequenas não assistencialista e voltada para às suas especificidades.

Infância e educação infantil no Brasil: uma breve abordagem

A educação de crianças com idades entre 0 a 05 anos nos últimos anos vem sendo amplamente discutida no âmbito das pesquisas e políticas públicas voltadas para a área. Entretanto esta é uma discussão recente considerando que nem sempre o atendimento voltado para esse público foi pensado na perspectiva educativa, pois antes da LDB, o que predominava era uma concepção assistencialista, sobretudo no trabalho desenvolvido nas creches.

Acerca do surgimento das creches no país, Dahlberg, Moss e Pence (2003) assinala que estas foram criadas após o surgimento das escolas, tendo como objetivo servir de “guarda” para as mulheres que trabalhavam nas indústrias e também afastar às crianças pobres do tra-

balho e da marginalidade.

Assim sendo, compreende-se que nesse período, as principais preocupações destas instituições eram com a alimentação, os cuidados com a higiene e a segurança física das crianças, entretanto, o trabalho para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças nesse contexto não era contemplado, demonstrando a ausência do aspecto pedagógico no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças (KRAMER, 2006).

Atualmente, a creche está inserida na Educação Infantil, que no país caracteriza-se enquanto etapa obrigatória da educação, constituindo-se como a:

primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 10).

Dessa forma, pode-se inferir que mais que uma necessidade, essa oferta educacional consiste em um direito das crianças, que deve ser promovido pela Família, conforme disposto no artigo 227 Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, p. 132-133).

Já a infância é considerada como a primeira fase da vida humana, momento em que a criança necessita de cuidados e atenção voltados para a promoção de seu desenvolvimento, acerca do conceito de criança, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) afirmam que está é considerada como um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Observa-se do exposto que a concepção de criança presente neste documento se diferencia de outras concepções anteriores que não a compreendiam como um ser pensante e que atua na realidade na qual está inserida vivenciando diversas experiências que interferem diretamente no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Na mesma direção, Kuhlmann Jr. (2010) considera a importância de se pensar criança como um sujeito que sempre esteve presente na história, uma vez que:

Pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN JR, 2010, p. 31).

Dessa forma, compreende-se que atualmente não é possível pensar a educação de crianças pequenas somente na perspectiva do cuidado como outrora acontecia. A seguir, será apresentada uma breve reflexão sobre a educação assistencialista na visão do Projeto Casulo.

Educação e Assistencialismo no Brasil

Pensar sobre a história da Educação Infantil no Brasil, bem como, se deu a construção da categoria infância no contexto brasileiro implica em conhecer como a educação voltada às crianças pequenas foi implementada no país. Destaca-se que um desses fatores foi o processo de industrialização ocorrido a partir da década de 1930 no governo do então Presidente Getúlio Vargas, considerando-se que na época com a ascensão feminina ao mercado de trabalho, houve a necessidade da criação de locais que promovessem a guarda de seus filhos durante a permanência destas nas indústrias (KUHLMANN JR, 2010).

Entretanto, conforme sinaliza Rosemberg (2006), além desse objetivo, outros aspectos são considerados relevantes no que se refere a criação das instituições voltadas para os cuidados com as crianças no Brasil, dentre eles, o alto índice de mortalidade infantil que vinha aumentando desde o início do século XIX, sendo que essas doenças em sua maioria estava relacionadas a falta de higiene e a desnutrição em massa, chamando atenção dos religiosos e da sociedade fazendo com que surgissem as creches e instituições voltadas para o atendimento das crianças pobres e filhas das mães operárias.

Dessa forma, surge um tipo de educação que ficou conhecida como “assistencialista e compensatória”, onde o objetivo principal era promover cuidados e assistência à saúde das crianças, diminuindo os altos índices de mortalidade infantil na época, ou seja, o trabalho desenvolvido nessas instituições não tinha a priori um caráter educativo, e sim assistencial.

De acordo com Pinto (1984), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada por meio do Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, como uma ação da primeira-dama na época Darcy Vargas, com o objetivo de prestar ajuda a população, em especial as mães e as crianças dos soldados, tendo em vista o envio de reforços do exército aos países com quem o Brasil se aliou na Segunda Guerra Mundial. Conforme destaca Sposati, (2014, p.19):

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A ideia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação.

Ainda sobre a LBA, Martins (2011, p. 16) sinaliza que:

A organização da LBA e a sua especialização na assistência social indicam como o Estado Novo propiciou as condições para o exercício do que poderíamos chamar de uma ‘cidadania feminina’ baseada na utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade. Essa cidadania, de perfil bastante conservador, também se fez presente em outros contextos políticos, como o Estado Novo salazarista, a Itália fascista e a Espanha franquista. Esses regimes tiveram apoio considerável das mulheres organizadas em associações muito semelhantes à LBA, que se sustentaram na ideia da participação política das mulheres a partir daquilo que as habilitava para a intervenção social: a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou.

Segundo Sposati (2014, p. 20), essa instituição embora não apresentasse fins lucrativos era voltada para a assistência tendo como objetivo “congregar as organizações de boa vontade. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania”.

Em 1946, a LBA se tornou um órgão consultivo do Estado e posteriormente passou a atuar com mais intensidade no país, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, quando foi implantado no país um modelo de educação de massas idealizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF e também pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Segundo Rosemberg (2003), nesse modelo de educação adotado na época por diversos países, dentre eles, o Brasil, cuja premissa defendida por essas instituições internacionais era de que a educação de crianças com idades entre 0 a 6 anos consistia como uma alternativa tanto para diminuir a pobreza, uma vez que, com a criação de instituições que servissem de “guarda” das crianças, suas mães poderiam trabalhar quanto para melhorar o desempenho das mesmas ao ingressarem no Ensino Fundamental.

Nesse contexto, surgiram alguns projetos e programas direcionados à educação das massas no país, dentre eles, o Projeto Casulo conforme será visto a seguir.

O Projeto Casulo: algumas considerações

O Projeto Casulo foi criado no ano 1977 pela LBA e tinha como principais objetivos além de possibilitar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Conforme analisa Kuhlmann Jr. (2000), além desse objetivo, haviam outros subjacentes como, por exemplo, evitar que as famílias pobres, especialmente às crianças morressem de fome e também ingressassem na marginalidade, sendo este último aspecto destacado por Rosemberg (2006, p. 152), quando a autora afirma que o pensamento na época era o de que “os pobres poderiam ameaçar a segurança nacional”.

Este aspecto também é corroborado por Freitas (2005, p. 151, quando afirma que:

O programa de educação pré-escolar de massa – o Projeto Casulo – foi implantado em 1976 pela LBA, órgão federal de assistência social. A LBA havia sido criada em 1942, associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias. Considerada como criadora e criatura do serviço social no Brasil, a LBA desenvolveu, até a implantação do Projeto Casulo, uma série de programas destinados à maternidade e à infância, localizados, não extensivos, com base no voluntariado.

Outro aspecto importante diz respeito ao atendimento realizado nas creches do Projeto Casulo diz respeito ao número de crianças atendidas e a formação das pessoas que ali trabalhavam, considerando que se tratava de um trabalho voluntário que recrutava segundo Oliveira (2005, p.112) “monitoras com formação no então segundo grau de ensino para coordenarem atividades educacionais que conviviam com medidas de combate à desnutrição”.

Em relação ao número de crianças atendidas e seus principais reflexos, a autora destaca que:

[...] a insuficiência do número de crianças atendidas nas creches pressionava o poder público a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena. Eram as “mães crecheiras”, os “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creches lares”, programas assistenciais de baixo custo estruturados com a utilização de recursos comunitários, tal como ocorria em muitos países do chamado Terceiro Mundo (OLIVEIRA, 2005, p. 114).

A partir do exposto, observa-se que tanto o processo formativo quanto as condições objetivas do trabalho docente, ou seja, a estrutura e a demanda desse atendimento não atendiam as necessidades das famílias, fato este que corroborou com a multiplicação de instituições de caráter assistencialista e não formal destino às crianças pequenas naquela época.

Destaca-se ainda que o Projeto Casulo buscava atender as crianças com idades de 0 a 6 anos não somente nessa perspectiva da educação, mas como já foi citado nesta pesquisa suas ações remetiam também para a área social, considerando que aos pequenos eram ofertados serviços como consultas médicas, atendimento nutricional, jurídico e odontológico, além da recreação, tudo isso envolvendo as famílias de forma massiva, demonstrando a precariedade dos serviços oferecidos (RIZZO, 2010).

Formação de professores no Brasil: uma breve abordagem

Pensar sobre como se desenvolveu o processo de formação de professores em nível de Brasil implicar em compreender como a escola foi pensada para as crianças, sobretudo na Educação Infantil, onde se predominava uma visão assistencialista e compensatória, além da necessidade de se intensificar a participação da mulher para aumentar a mão de obra feminina no setor industrial.

Com relação ao ingresso da mulher na carreira docente, destaca-se inicialmente que estas foram admitidas nas denominadas “Escolas Normais”, que eram instituições que formavam professores para atuar na educação primária, sendo a *priori* frequentada somente por homens, sendo posteriormente admitida a presença feminina.

De acordo com Didonet (2001), com a expansão da indústria, muitos homens deixaram de lado a carreira docente para buscarem outras oportunidades, é nesse momento que às mulheres adentraram de forma massiva nessas instituições e passaram a ser as responsáveis pela educação das crianças.

Essa inserção feminina na profissão docente segundo analisa Arce (2001), se deu não somente pelo advento dos homens na indústria no país, mas também porque se criou a concepção de que a mulher era uma educadora natural, ou seja, uma pessoa que naturalmente era preparada para lidar com as crianças pelo fato de muitas serem mães, criando-se assim o famoso “mito da educadora nata”.

A partir de então, as mulheres predominaram no exercício da profissão docente, entretanto a demanda de crianças era muito grande, especialmente nas creches, o que gerou a criação de instituições voltadas para o atendimento desse público. Mas quem eram as pessoas que cuidavam dessas crianças? Que tipo de formação elas possuíam?

Nas décadas de 1970 e 1980, com a implementação do Projeto Casulo, o número de atendimentos nas creches e escolas de educação infantil foi ampliado, pois antes disso, a oferta educacional voltada para esse público era bastante escassa, situação esta que mudou, considerando que:

O projeto foi efetivamente implantado. Em menos de quatro anos atendia a quase 1 milhão de crianças pobres. O governo federal investia, de início, US\$ 16,00 por criança, menos de ¼ do salário mínimo da época. O projeto expandiu-se à custa de uma estratégia bem brasileira: ampliar o número de crianças e reduzir o custeio federal (ROSEMBERG, 2006, p. 154).

Diante disso, observa-se que ao diminuir os custos nos cofres públicos, o governo passou a investir em campanhas para atrair mulheres para atuarem nessas instituições, ressalta-se que estas pessoas não possuíam nenhum tipo de qualificação, sendo estas denominadas como:

“pajem”, “atendente”, “auxiliar” e, até mesmo, “babá”, era uma ocupação equiparada às atividades menos valorizadas na sociedade. Em algumas cidades, as prefeituras chegavam a recrutar pessoas empregadas como merendeiras e até como varredoras de rua para assumirem as tarefas de cuidado e educação junto às crianças (CAMPOS, 2008, p.122).

Segundo a autora, as professoras que possuíam algum tipo de formação em sua maioria eram formadas nos cursos de Magistério em nível médio e algumas possuíam formação em

nível superior nos cursos de pedagogia, demonstrando assim uma situação preocupante no que diz respeito a qualidade do atendimento voltado para as crianças de 0 a 6 anos na época.

Na década de 1990, após o processo de redemocratização e a instituição da educação como um direito da criança e posteriormente com a promulgação da LDB, a formação dos profissionais que atuam na educação infantil e em toda a educação básica deve ser em nível superior:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p. 20).

Entretanto, esse processo formativo precisa ser pensado nas suas múltiplas dimensões, sobre essa questão, considerando-se que:

[...] a profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda do mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas em que é exercida, a promoção na profissão, as estruturas hierárquicas, a carreira docente etc. e é claro, pela formação permanente que essa pessoa realiza ao longo de sua vida profissional (IMBERNÓN, 2002. p. 43).

A partir do exposto acima, é possível perceber que durante a execução do Projeto Casulo no contexto brasileiro, além de ter sido marcado por um viés assistencialista e compensatório ajudou a perpetuar a imagem da mulher enquanto educadora nata, capaz de ensinar e cuidar dos pequenos sem necessariamente possuir uma formação específica para exercer tal função, pois conforme sinaliza Vieira e Duarte (2011), o Brasil ainda é um dos países com o maior índice de profissionais da Educação Infantil que são do sexo feminino.

A seguir, serão apresentadas algumas análises realizadas acerca da pesquisa realizada em uma capital acerca da implementação do Projeto Casulo e o trabalho desenvolvido pelas professoras que nele atuaram.

Resultados e discussões

O atendimento a criança e a infância na capital pesquisada, assim como em outras cidades do país se deu mediante uma perspectiva de assistência e cuidados, corroborando com os estudos realizados em nível de Brasil sobre o referido tema pelos autores estudados nesta pesquisa.

Em relação as concepções de mulher e criança presentes no projeto, é válido afirmar que predomina a concepção da visão da mulher enquanto mãe e educadoras naturais, já a criança é vista como um ser frágil, que necessita de cuidados e proteção por parte dos adultos, a infância é considerada uma fase da vida humana que precisa de cuidados e assistência para que possa ser vivenciada pelas crianças da melhor forma possível.

Sobre a pesquisa bibliográfica, destaca-se que a mesma inicialmente foi realizada nos principais acervos da referida capital, observa-se que durante a busca foi revelada uma escassez muito grande de materiais sobre a temática pesquisada, de forma que as informações obtidas se reportavam mais aos locais em que o projeto funcionou, demonstrando assim a falta de dados sobre o tema.

Ainda sobre os achados da pesquisa, destaca-se que no ano de 2018, foram realizadas algumas pesquisas sobre o tema por alunos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação de Bolsas Científicas- PIBIC acerca da implantação e do funcionamento das creches do Projeto Casulo por meio de relatórios de pesquisa e sessões de estudos voltados para o tema.

Sobre essas pesquisas, serão realizadas algumas reflexões, os bolsistas pesquisadores serão identificados como B1, B2 e B3. O primeiro trabalho desenvolvido por B1 versa sobre a

criação das creches na capital pesquisada do Projeto Casulo ao Programa Primeiro, a criança entre às décadas de 1970 e 1990. Inicialmente é feita uma breve contextualização sobre o tema a partir de autores como Castro (2007), Tavares (2009) e sobre às mulheres trabalhadoras, destacando-se ainda as dificuldades encontradas sobre a escassez de dados e das pesquisas realizadas nesse recorte de tempo.

Concernente a pesquisa de campo, B1 apresenta os relatos de uma profissional que será denominada de R1, que atuou como recreacionistas¹ em uma creche do projeto nas décadas de 1980 e início dos anos 1990. Segundo R1 existiam o total de quatro creches na cidade que funcionavam nos turnos matutino e vespertino atendendo crianças com idades entre dois a cinco anos filhos de pais carentes, onde eram realizadas atividades de alfabetização, pintura e brincadeiras.

Acerca das atividades como, por exemplo, as brincadeiras, pode-se inferir que estas ainda que de forma não direcionada sempre estiveram presentes no cotidiano das creches, na década de 1990, com a promulgação do RCNEI, essa atividade, bem como a importância do lúdico nessa faixa etária foram alvo de reflexões e sugestões para os professores no referido documento, quando destacam que:

Jogos de escuta dos sons do ambiente, de brinquedos, de objetos ou instrumentos musicais; jogos de imitação de sons vocais, gestos e sons corporais; jogos de adivinhação nos quais é necessário reconhecer um trecho de canção, de música conhecida, de timbres de instrumentos etc.; jogos de direção sonora para percepção da direção de uma fonte sonora; e jogos de memória, de improvisação etc. são algumas sugestões que garantem às crianças os benefícios e alegrias que a atividade lúdica proporciona e que, ao mesmo tempo, desenvolvem habilidades, atitudes e conceitos referentes à linguagem musical (BRASIL, 1998, p. 72).

O segundo trabalho analisado investigou o processo de educação infantil ofertado pelas creches do Projeto Casula na voz das mulheres que participaram do mesmo no período selecionado. Em sua análise, B2 apresenta os relatos de experiência de uma professora que também atuou como recreacionista em uma das creches do projeto. Um dos pontos principais de seu relato se refere ao fato de que as recreacionistas eram as pessoas responsáveis por todo o processo educativo e das atividades pedagógicas realizadas, demonstrando assim a importância do papel desempenhado por essas mulheres naquele período.

Entretanto, não se pode negar o fato de que essas mulheres em sua maioria não possuíam formação para atuar na área. Sobre a importância da formação de professores para atuar na educação infantil, concorda-se com Delgado (2004, p. 4), quando afirma que:

A formação docente é um conjunto de experiências sociais e culturais, individuais e coletivas, acumuladas e modificadas ao longo da existência pessoal e profissional, sendo um processo inacabado de constantes indagações, incertezas e ambiguidades.

Dessa forma, observa-se a necessidade de se investigar mais acerca dessa formação, ou melhor, da falta de formação específica para trabalhar com as crianças naquele período, bem como seus reflexos na vida desses alunos atendidos pelo projeto.

O terceiro trabalho realizado por B3 versa sobre as creches nesse mesmo recorte temporal (1970 a 1990), porém apresenta de forma mais pontual algumas informações sobre o Programa Brasil Carinhoso, criado no ano de 2012 pelo Governo Federal por meio da Lei nº

¹ Mulheres que trabalhavam com atividades de pintura, corte e colagem, arte e brincadeiras infantis durante o período em que às crianças permaneciam nas creches.

12.722, de 03 de outubro de 2012, visando à transferência de recursos para entes municipais e do Distrito Federal.

Sobre o programa e seus objetivos, Mafra e Bachtold (2014, p.285-286) destacam que:

[...] a Ação Brasil Carinhoso foi concebida em uma perspectiva integrada e multidimensional. As políticas de renda, saúde e educação do Brasil Carinhoso permitem que as crianças rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza e aproveitem as oportunidades que o país lhes oferece para um futuro melhor e mais justo.

Além disso, apresenta alguns dados sobre a relação oferta e demanda das matrículas na Educação Infantil no Estado e na capital pesquisada, dentre eles, o quantitativo de matrículas na rede pública de educação referente a etapa da Educação Infantil.

Concernente ao número de matrículas no estado cuja capital fora investigada, os dados do censo escolar apontam que em 2012, o total de matrículas em instituições de creches em turno parcial eram de 43.573,000 nos turnos parciais e de 5.503,000 em instituições que ofertam o atendimento a esse público de forma integral, cinco anos após em 2017, os dados revelaram que houve um aumento no número de matrículas parciais que subiu para 85.219,000, enquanto as matrículas referentes ao período integral diminuíram para 5.251,000, sinalizando uma baixa no tocante ao atendimento em tempo integral.

Diante dessas informações, foi possível compreender que as ações do Programa Brasil Carinhoso, assim como as do Projeto Casulo tiveram uma grande importância para a oferta da educação de crianças pequenas no referido estado/capital, porém apresentam concepções e objetivos diferentes no tocante ao trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido nesta primeira etapa da Educação Básica.

Breves considerações finais

A educação de crianças pequenas tem sido um tema bastante discutido nos últimos anos, sobretudo pelo fato de que a Educação Infantil, de acordo com a atual legislação se constituir como a primeira etapa da Educação Básica, sendo portanto necessário que haja investimentos por parte do Governo tanto nas estruturas físicas quanto na formação de seus profissionais, buscando garantir um bom atendimento as crianças de modo geral.

Em relação ao Projeto Casulo, destaca-se que a sua implantação ocorreu no país e na capital pesquisada em virtude da necessidade de se ter um lugar para acolher os filhos das classes trabalhadoras, em especial das mães que necessitavam trabalhar para ajudar no custeio das despesas de seus lares.

Dessa forma, as creches que funcionavam de acordo com os princípios de assistencialismo subjacentes ao referido projeto, desempenharam um papel importante no cenário econômico, educativo e social, uma vez que, possibilitaram não somente o acesso das crianças a educação, embora na época não houvesse exatamente a preocupação com a formação integral das mesmas, mas também contribuíram para o processo de expansão da economia brasileira, favorecendo o ingresso da mão de obra feminina no mercado de trabalho, pois conforme afirma Saffioti (2004), as creches são uma conquista das mulheres, especialmente do Movimento Feminista, que lutava pela igualdade de gêneros no país.

A análise dos dados evidenciou que no campo da pesquisa, o Projeto Casulo por meio do atendimento prestado as crianças daquele contexto embora tenha contribuído de forma significativa para ampliar a oferta de educação infantil diante das reais demandas, é preciso reconhecer que o viés assistencialista defendido na época corroborou para a difusão de um trabalho precarizado e de baixo custo, sobretudo das mulheres que cuidavam das crianças utilizando-se assim o trabalho voluntário como sua principal ferramenta.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelo Projeto Casulo apesar de seus déficits exerceu um papel importante no tocante a oferta do atendimento voltado para as crianças e sua educação na capital pesquisada, bem como evidenciou a necessi-

dade de se realizar mais pesquisas sobre a temática abordada.

Espera-se que esta pesquisa venha contribuir para o debate acerca da necessidade de se compreender a criança como um sujeito de direitos, bem como refletir sobre a importância da formação docente dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

Referências

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 1, n. 113, p.167-184, jul. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília-DF: 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579:educacao. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012**. Altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p.121-131, dez. 2008. Disponível em: <http://retratosda-escola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/130/232>. Acesso em: 05 out. 2019.

COSTA, Patricia Vieira da. MAFRA, Rafael d'Aquino. BACHTOLD, Isabele Villwock. O eixo de acesso a serviços e a ação Brasil Carinhoso do plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DELGADO, Ana Cristina Coll. O que nós adultos sabemos sobre infâncias, crianças e suas culturas? In: **Revista Espaço Acadêmico** nº 34/março de 2004.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

IMBERNÓN, F. **Formação docente profissional: forma-se para mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental.** *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>. Acesso em: 17 nov. 2019.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____, Moysés. História da Educação Brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação.** Mai/Jun/Jul/ago, nº 14, 2000. Disponível em: <http://nuted.ufrgs.br/oa/pi/html/kuhlmann.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Estado, Filantropia e Assistência.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

PINTO, Luis Fernando Silva. **O social inadiável.** São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. F. **História social da infância no Brasil.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Revista Pro-Posições**, vol. 14, n. 1 (40), Jan/abr. 2003.

SAFFIOTI, Heleieith. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; DUARTE, Alexandre. Professores da educação infantil no Brasil: desigualdades no trabalho docente e no status social. In: **35º Encontro Anual da Anpocs**, 2011, Caxambu.

Recebido em 14 de novembro de 2020.

Aceito em 12 de fevereiro de 2021.